

Violência de gênero e neoconservadorismo: ação política de mulheres de favelas

Gender-Based Violence and Neoconservatism: Political Action of Women from Favelas

Nilza Rogéria de Andrade Nunes* 

RESUMO

Este artigo analisa como lideranças femininas de favelas e periferias do Rio de Janeiro enfrentam, em suas práticas cotidianas, as violências de gênero intensificadas pelo neoconservadorismo. Trata-se de uma pesquisa participativa realizada com trinta lideranças, articulando entrevistas de linha de base, mapas colaborativos de redes e o audiolivro *Mulher de Favela*, composto por histórias de vida das participantes. Argumenta-se que a constituição dessas mulheres como sujeitas políticas emerge da elaboração de experiências concretas de violência e desigualdade, transformadas em práticas de cuidado, organização comunitária e defesa de direitos. Os resultados evidenciam que essas ações se materializam em redes de proteção e iniciativas como as cozinhas solidárias, que reafirmam o direito à alimentação diante da fragilização das políticas sociais. Conclui-se que essas práticas constituem formas situadas de ação política frente ao neoconservadorismo.

Palavras-chave: Violência de gênero; Neoconservadorismo; Mulheres negras; Cuidado; Ativismo.

ABSTRACT

This article analyzes how women leaders from favelas and peripheral communities in Rio de Janeiro confront, through their everyday practices, gender-based violence intensified by neoconservatism. It is based on participatory research conducted with thirty women leaders, combining baseline interviews, collaborative network mapping, and the audiobook *Mulher de Favela*, which comprises the participants' life stories. The article argues that the constitution of these women as political subjects emerges from the collective elaboration of concrete experiences of violence and inequality, transformed into practices of care, community organization, and rights advocacy. The findings demonstrate that these actions materialize through protection networks and initiatives such as solidarity kitchens, which reaffirm the right to food in the context of the weakening of social policies. It concludes that these practices constitute situated forms of political action in response to neoconservatism.

Keywords: Gender-based violence; Neoconservatism; Black women; Care; Activism.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2026.102300>

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: nr.nunes@puc-rio.br.

COMO CITAR: NUNES, N. R. de A. Violência de gênero e neoconservadorismo: ação política de mulheres de favelas. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 63, pp. 99 - 113, set./dez., 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2026.102300>

Recebido em 10 de julho de 2025.

Aprovado para publicação em 18 de agosto de 2026.

Responsável pela aprovação final: Joílson Santana Marques Júnior e Silvana Marinho



© 2026 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O avanço de agendas neoconservadoras no Brasil contemporâneo tem produzido efeitos diretos sobre a vida de mulheres negras e periféricas, combinando a fragilização de políticas sociais com a disseminação de discursos que deslegitimam pautas relacionadas a gênero, raça e direitos humanos. Esse processo não se restringe ao campo discursivo: ele se expressa em violências concretas, institucionais, domésticas e simbólicas, que incidem de forma desigual sobre mulheres cuja posição social, racial e territorial as expõe a maiores níveis de vulnerabilidade.

Este artigo investiga como mulheres lideranças de favelas e periferias do Rio de Janeiro enfrentam, em suas práticas cotidianas, as violências de gênero que atravessam suas trajetórias e são intensificadas pelo contexto neoconservador. O argumento central é que esse enfrentamento não depende necessariamente de uma identificação formal com uma agenda feminista, mas se constrói a partir de experiências concretas nas quais essas mulheres transformam vivências de violência e precarização em redes de apoio, práticas de cuidado e iniciativas coletivas de sustentação da vida em seus territórios.

Os dados analisados resultam de uma pesquisa participativa realizada com trinta lideranças femininas de favelas do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense. As estratégias construídas por essas mulheres diante dos efeitos sociais, econômicos e sanitários da pandemia foram analisadas a partir de entrevistas de linha de base, mapas colaborativos de redes e parcerias e do audiolivro *Mulher de Favela*, que reúne suas histórias de vida. Os dados foram produzidos entre 2022 e 2025 e submetidos a análise temática, da qual emergiram três eixos interpretativos: a experiência da violência como via de politização, as redes de liderança como forma coletiva de proteção e as cozinhas solidárias como estratégia de enfrentamento à precarização alimentar, eixos que estruturam a apresentação dos resultados na quarta seção deste artigo.

Essas mulheres negras constroem sua posição política a partir da articulação entre racismo, sexismo e desigualdade de classe (Carneiro, 2003; Collins, 2019), em contraste com o lugar historicamente ocupado pelas mulheres brancas como norma do feminismo hegemônico, que subordinou as pautas de mulheres negras e periféricas (Ribeiro, 1995). É desse confronto que emerge a contra-hegemonia deste estudo: a produção de saberes e práticas que deslocam as mulheres de favela do lugar de objeto para o de sujeitas de sua própria narrativa (Collins, 2019; hooks, 2019). A violência de que tratamos, por sua vez, extrapola a agressão física e opera, na formulação de Segato (2016), como linguagem de poder que articula raça, classe e território. É justamente nesse território, a favela, produzido pela desigualdade racial e pela ausência seletiva do Estado, mas também espaço de sociabilidade e resistência (Valladares, 2000; 2005), que se inscrevem as trajetórias analisadas a seguir.

O texto está organizado em cinco blocos. Inicialmente, discute-se a relação entre colonialidade de gênero, violência e feminismos populares. Em seguida, analisa-se o neoconservadorismo brasileiro e seus efeitos sobre as agendas de gênero. Posteriormente, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa participativa. No quarto bloco, são discutidos os resultados da experiência de violência como via de politização, as redes de lideranças como formas coletivas de proteção e as cozinhas solidárias como estratégias de enfrentamento à precarização. Por fim, o quinto bloco apresenta o audiolivro *Mulher de Favela* como estratégia de produção de conhecimento e narrativa contra-hegemônica, seguido das considerações finais.

1. Colonialidade de gênero, violência e práticas políticas de enfrentamento

Entender a violência de gênero vivida por mulheres negras e periféricas exige recusar a ideia de gênero como categoria homogênea e universal. Lugones (2008) argumenta que a colonialidade não nomeia apenas uma classificação de povos em termos de raça e gênero: ela designa o próprio processo de desumanização que torna determinados corpos passíveis dessa classificação.

Sua reflexão parte da preocupação com a indiferença que persiste diante das violências sistematicamente infligidas às mulheres não brancas, vítimas simultâneas da colonialidade do poder (Quijano, 2005) e da colonialidade de gênero (Lugones, 2008). Essa formulação desloca a compreensão da violência vivida pelas mulheres de favela, evidenciando que ela não constitui um simples desdobramento de uma opressão de gênero abstrata, mas o efeito de um dispositivo colonial que articula raça, classe, gênero e território em um mesmo mecanismo de subordinação. Em texto posterior, Lugones (2014) retoma essa discussão para demonstrar que o sistema moderno-colonial de gênero opera por uma lógica dicotômica e hierárquica, relegando mulheres racializadas a uma condição de não humanidade. Como consequência, essas mulheres tornam-se mais expostas à violência e, ao mesmo tempo, mais suscetíveis ao apagamento dessa violência nos discursos hegemônicos, inclusive em determinados segmentos do próprio movimento feminista.

É nesse horizonte que González (2008) oferece elementos fundamentais para compreender como mulheres negras, mesmo submetidas a esse dispositivo de opressão, constroem formas próprias de subjetividade política. Em sua interpretação, ser negra e mulher no Brasil significa experimentar uma tripla discriminação¹, produzida pela articulação entre racismo e sexismo, que empurra essas mulheres para o nível mais profundo da opressão so-

1 Por tripla discriminação, González (2008 [1986]) entende a condição específica da mulher negra brasileira, submetida simultaneamente ao racismo, ao sexismo e à exploração de classe, uma articulação que a autora considera irreduzível à soma de opressões isoladas: trata-se de uma experiência qualitativamente distinta, que exige categorias analíticas próprias e não a aplicação de referenciais pensados a partir da experiência de mulheres brancas ou de homens negros.

cial. Nessa mesma direção, Carneiro (2003) compreende o corpo da mulher negra como um corpo político, marcado por experiências de exclusão que somente podem ser entendidas à luz da história de coisificação da população negra no país. Essa perspectiva é aprofundada por Ribeiro (2017) e Akotirene (2019), ao demonstrarem que a experiência das mulheres negras demanda categorias analíticas capazes de apreender a violência em sua complexidade, sem reduzi-la a uma leitura de gênero dissociada das relações de raça e classe.

As tensões entre mulheres negras e o feminismo hegemônico têm raízes históricas. Ribeiro (1995) relembra o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bertioiga, em 1985, quando mulheres negras vindas do Rio de Janeiro, entre elas moradoras de favela, tiveram sua participação questionada pela organização do evento, majoritariamente branca, sob a alegação de ausência de inscrição prévia, episódio que evidenciou disputas em torno de quem era reconhecida como sujeito legítimo do feminismo e tornou visível o racismo presente também no interior do movimento. Esse marco ajuda a explicar por que muitas lideranças de favela constroem suas trajetórias políticas a partir de referências próprias, ainda que suas práticas dialoguem com princípios historicamente associados às lutas feministas, e porque seu enfrentamento cotidiano ultrapassa a resposta imediata às condições de sobrevivência.

As lutas por moradia, alimentação, saúde, cuidado e proteção da comunidade frequentemente produzem processos de conscientização e organização política que extrapolam as demandas imediatas (Corcoran-Nantes, 1993; Nunes, 2018; 2026). É justamente nesse movimento que se constituem práticas coletivas capazes de enfrentar, simultaneamente, as desigualdades de gênero, raça, classe e território. Como observa Di Marco (2010; 2017), muitas dessas experiências políticas são protagonizadas por mulheres da classe trabalhadora que constroem agendas de transformação social a partir do cotidiano, independentemente de reivindicarem para si a identidade feminista. Essa perspectiva permite compreender o protagonismo das lideranças de favela como uma prática política situada, forjada nas condições concretas da vida cotidiana e orientada pela defesa da vida, dos direitos e da justiça social diante do avanço do neoconservadorismo.

2. O neoconservadorismo brasileiro e seus efeitos sobre a agenda de gênero

O neoconservadorismo contemporâneo ultrapassa uma reação circunstancial às transformações sociais. Trata-se de um projeto político que articula a retração de direitos sociais, a moralização da vida privada e a deslegitimação de pautas identificadas como ameaças à família tradicional e às hierarquias de gênero. Nessa perspectiva, a violência contra mulheres não constitui um efeito colateral desse processo, mas um de seus mecanismos de sustentação.

Ao analisar a “pedagogia da crueldade”, Segato (2016) demonstra que a violência dirigida aos corpos femininos e feminizados opera como linguagem de poder, produzindo

do disciplinamento social e reafirmando relações de dominação. O neoconservadorismo, portanto, manifesta-se tanto no plano discursivo quanto nas práticas sociais, incidindo com maior intensidade sobre mulheres já posicionadas na base das desigualdades de raça, classe e território.

No Brasil, esse projeto adquiriu maior visibilidade a partir da segunda metade da década de 2010, quando a expressão “ideologia de gênero” passou a ocupar lugar central nas campanhas de grupos conservadores, especialmente religiosos. Como demonstra Machado (2018), a construção dessa categoria funcionou como estratégia política capaz de mobilizar bases eleitorais e influenciar a formulação de políticas públicas. Entre seus desdobramentos estiveram a retirada de referências a gênero e diversidade sexual de planos educacionais, a desqualificação de materiais didáticos e o questionamento público de pesquisadoras, educadoras e ativistas vinculadas às pautas feministas e dos direitos sexuais e reprodutivos.

Esse movimento dialoga com o conceito de *backlash* formulado por Faludi (1991), segundo o qual reações conservadoras tendem a ganhar força justamente quando avanços na garantia de direitos ameaçam estruturas tradicionais de poder. No contexto brasileiro, essa reação não se restringiu às disputas simbólicas em torno da chamada teoria de gênero. Ela também se expressou no enfraquecimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, na redução de investimentos em serviços especializados e na fragilização de mecanismos de proteção social destinados às populações em situação de maior vulnerabilidade.

Os indicadores recentes revelam os efeitos desse cenário. Segundo o *Atlas da Violência 2024*, mais de 10,6 mil mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil entre 2015 e 2023, com aumento de 1,4% entre 2022 e 2023 (Cerqueira; Bueno, 2024). Essa violência, contudo, distribui-se de maneira profundamente desigual. Dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, analisados por Moraes e Oliveira (2024), indicam que 62% das vítimas de feminicídio são mulheres negras. Esses números reforçam o que a literatura vem demonstrando: a violência de gênero se intensifica quando atravessada pelas desigualdades raciais e territoriais. Nessa direção, Caicedo-Roa, Bandeira e Cordeiro (2022) destacam que a incorporação da categoria feminicídio à legislação brasileira, em 2015, respondeu justamente à necessidade de reconhecer o caráter estrutural e discriminatório dessas mortes, distinguindo-as de homicídios comuns.

Para mulheres negras e periféricas, portanto, o neoconservadorismo não inaugura a violência, mas aprofunda condições historicamente produzidas de desigualdade. Ao restringir políticas públicas, enfraquecer redes institucionais de proteção e reforçar discursos de responsabilização individual, amplia a vulnerabilidade de grupos que já convivem com formas persistentes de exclusão social. É nesse contexto que as estratégias construídas por lideranças de favela assumem relevância analítica. Mais do que respostas imediatas às si-

tuações de violência, elas constituem práticas coletivas de sustentação da vida e de defesa de direitos diante da retração do Estado e do avanço de uma agenda política que tende a deslegitimar as demandas por igualdade de gênero.

3. Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa e orientada pelos princípios da pesquisa participativa. Foi realizada com trinta lideranças femininas de favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro, das quais vinte residem em diferentes favelas da capital e dez em municípios da Baixada Fluminense. As participantes foram selecionadas de forma intencional a partir de um mapeamento prévio que identificou duzentas mulheres reconhecidas por sua atuação sociopolítica nesses territórios. A definição da amostra buscou contemplar a diversidade de espaços e frentes de atuação das lideranças, incluindo educação, saúde, segurança alimentar, cultura e religiosidade de matriz africana, entre outras.

O período da pesquisa foi atravessado pelos efeitos desiguais da pandemia de Covid-19 sobre a população negra e periférica. Segundo o *Boletim Socioepidemiológico Covid-19 nas Favelas*, da Fiocruz, os bairros com alta concentração de favelas registravam menos casos notificados, provavelmente por baixa testagem, mas taxas de letalidade até duas vezes maiores que as de bairros sem favelas, com mais óbitos entre a população negra (Fiocruz, 2020). Esse cenário de subnotificação e desproteção sanitária é o pano de fundo das estratégias de enfrentamento analisadas neste artigo, muitas mobilizadas em resposta aos vazios deixados pelo poder público durante a pandemia.

A pesquisa participativa fundamentou-se no reconhecimento das lideranças como sujeitas do processo de produção do conhecimento. As participantes contribuíram para a identificação das demandas prioritárias dos territórios, para a construção colaborativa dos mapas de rede e para a elaboração de estratégias de devolutiva social dos resultados, de modo a favorecer um processo investigativo baseado no diálogo e na produção compartilhada de conhecimento.

A produção dos dados ocorreu entre 2022 e 2025, período de vigência do projeto, em um contexto marcado pelos desdobramentos sociais da pandemia de Covid-19, que orientaram o recorte temático das entrevistas iniciais. O projeto foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa² da instituição de origem, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016.

A produção dos dados desenvolveu-se em etapas articuladas. Inicialmente, foram realizadas entrevistas de linha de base voltadas à compreensão das trajetórias das lideranças, de suas redes de apoio e das estratégias mobilizadas para enfrentar os efeitos da

2 Parecer da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 122-2022, protocolo 138-2022, proposta SGCO 452415, aprovada em 27 de dezembro de 2022.

pandemia em seus territórios. A partir dessas entrevistas, foram elaborados, de forma colaborativa, mapas de rede que identificaram as principais articulações comunitárias e institucionais construídas por cada participante. Ao longo da pesquisa, essas conexões foram fortalecidas por meio de um grupo de mensagens instantâneas que atualmente reúne cerca de 120 lideranças, ampliando a rede inicialmente constituída.

Como estratégia complementar de produção de dados e de devolutiva social da pesquisa, foi desenvolvido o audiolivro *Mulher de Favela*, composto por narrativas em primeira pessoa das participantes. A proposta consistiu em preservar a centralidade de suas vozes, com intervenções restritas à edição técnica de duração e continuidade narrativa, sem alterações no conteúdo dos depoimentos. Essa opção metodológica dialoga com os princípios da pesquisa participativa ao privilegiar a autorrepresentação das participantes e reduzir mediações interpretativas na construção das narrativas.

Os trinta depoimentos foram submetidos à análise temática, cujas categorias emergiram da leitura sistemática do *corpus*. O processo resultou em três núcleos temáticos: a experiência da violência como subjetivação política, a articulação em redes como estratégia de enfrentamento e as cozinhas solidárias como resposta à precarização alimentar.

A interpretação dos dados integrou entrevistas de linha de base, mapas de rede e narrativas do audiolivro, buscando identificar convergências entre os diferentes materiais empíricos e ampliar a consistência analítica da interpretação.

4. Resultados e discussões

Os relatos das lideranças mostram que a politização frequentemente emerge da elaboração de experiências diretas de violência de gênero, e não da adesão prévia a uma agenda política organizada. Em muitos casos, a atuação comunitária nasce quando a violência deixa de ser compreendida como um problema individual e passa a ser reconhecida como expressão das desigualdades de gênero, raça, classe e território.

Vanessa Regina Santos, liderança comunitária de Buriti-Congonhas, descreve esse processo ao narrar como identificou, em seu casamento, a reprodução das violências presenciadas durante a infância: “eu tive muita violência, era refletida dentro do meu casamento, e eu precisava de ajuda porque vi o ciclo de violência que a minha mãe viveu. Comecei a ver que na minha vida estava sendo reproduzido o mesmo ciclo de violência” (Vanessa Regina Santos, depoimento à pesquisa).

A ruptura desse ciclo ocorreu a partir do acompanhamento psicossocial recebido em uma instituição de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. A experiência de reconstrução de sua própria trajetória tornou-se, posteriormente, fundamento de sua atuação como liderança dedicada à educação de crianças e adolescentes em seu território.

A narrativa de Solange Revorêdo, liderança da comunidade *Boogie Woogie*, na Ilha do Governador, e fundadora do Grupo de Apoio à Mulher (Gram), amplia essa compreensão. Sobrevivente de uma tentativa de feminicídio ocorrida antes da tipificação desse crime na legislação brasileira, ela relata que permaneceu durante quinze anos em um relacionamento abusivo sem reconhecer plenamente a violência que vivia. Foi a tentativa de feminicídio que tornou visível um processo de violências acumuladas ao longo do tempo. A partir dessa experiência, passou a desenvolver um trabalho voltado à identificação precoce das múltiplas formas de violência que atravessam a vida das mulheres: “Seu pai desejou você como mulher? [...] Alguém passou por violência obstétrica? Dentro da escola você sofreu *bullying* pela sua condição de cor e de cabelo? E dentro do ônibus alguém já recebeu alguma enxada?” (Solange Revorêdo, depoimento à pesquisa).

Sua atuação constitui uma pedagogia do reconhecimento construída a partir da própria experiência, que compreende a violência de gênero para além da agressão física e alcança diferentes dimensões da vida cotidiana. Essa prática aproxima-se da perspectiva de Lugones (2008), ao evidenciar que a violência opera como um dispositivo que atravessa e organiza relações de poder, produzindo formas persistentes de subordinação.

Solange sintetiza o princípio que orienta sua atuação preventiva ao afirmar: “Nenhum relacionamento começa no feminicídio [...] a gente tem que prestar atenção nos sinais. E não ignorar os sinais porque você está apaixonado.” (Solange Revorêdo, depoimento à pesquisa).

Sua reflexão evidencia que o feminicídio constitui o desfecho de um processo contínuo de naturalização das violências, e não um acontecimento repentino ou imprevisível. Nesse sentido, sua experiência dialoga com as análises sobre o *backlash* e o avanço do neoconservadorismo apresentadas na seção anterior, que destacam como diferentes formas de violência são progressivamente legitimadas e banalizadas.

Os relatos de Vanessa e Solange reforçam o argumento desenvolvido ao longo deste artigo. A constituição dessas lideranças como sujeitas políticas não decorre, em geral, de uma formação prévia ou da adesão inicial a uma agenda feminista organizada, mas da elaboração coletiva de experiências concretas de violência. Ao serem ressignificadas, essas experiências convertem-se em práticas de cuidado, acolhimento e defesa de outras mulheres, transformando trajetórias individuais em redes coletivas de proteção. É justamente essa passagem da experiência vivida para a ação coletiva que conduz ao próximo eixo de análise.

Os mapas colaborativos elaborados com as trinta lideranças revelam que o enfrentamento à violência e às múltiplas formas de precarização não se organiza de maneira isolada. Ao contrário, apoia-se em redes que articulam organizações comunitárias, serviços públicos, movimentos sociais, grupos religiosos, equipamentos de assistência e outras lideranças locais. Mais do que ampliar recursos disponíveis, essas conexões produzem formas coletivas de cuidado, mediação e sustentação da vida nos territórios.

Essa dimensão coletiva aparece de forma explícita no depoimento de Iara, coordenadora do movimento *Alfazendo* e do projeto *Eco Rede*, ao refletir sobre o modo como compreende sua atuação: “Nós somos movimento social. Nós não somos uma ONG [...] Eu diria que ‘eu fazendo’ não existe. Somos ‘nós’”. (Iara, depoimento à pesquisa).

Ao afirmar que “tudo que é nosso a gente planeja junto e avalia junto e tá junto”, Iara rejeita uma concepção de liderança centrada na atuação individual e reafirma uma prática construída de forma coletiva. Ao mesmo tempo, reconhece as tensões que acompanham esse compromisso, ao afirmar que a responsabilidade permanente com a transparência e a prestação de contas dentro de uma organização comunitária “te dá muita solidão”.

Outra dimensão dessas redes aparece no relato de Nayara, que concilia a atuação em um projeto sociocultural com a função de conselheira tutelar. Sua experiência evidencia o papel desempenhado pelas lideranças na mediação entre as demandas do território e os serviços públicos: [...] trabalhar em rede para conseguir articular algum bem de serviço que chegue para o conselho” (Nayara, depoimento à pesquisa).

Mesmo quando essa articulação encontra limites institucionais, a liderança atua como elo entre a população e as políticas públicas, construindo caminhos que frequentemente extrapolam as atribuições formais dos serviços estatais.

Essas experiências dialogam com a noção de quilombamento desenvolvida por Nascimento (1980; 2021), que compreende o quilombo não apenas como experiência histórica de resistência, mas como categoria política fundada na solidariedade, na autonomia e na construção coletiva de formas de proteção da vida. Sob essa perspectiva, as redes articuladas pelas lideranças de favela constituem muito mais do que estratégias de sobrevivência: elas reorganizam o território a partir de vínculos de reciprocidade, pertencimento e responsabilidade compartilhada.

Essa interpretação aproxima-se também do que Segato (2012) denomina de “comunitarismo insurgente”, isto é, formas de organização que emergem em contextos marcados pela violência estrutural e pela insuficiência das respostas estatais e mercantis. Nesses contextos, o cuidado deixa de ser uma responsabilidade individual para constituir uma prática coletiva capaz de sustentar a vida cotidiana.

Ao mediar relações entre comunidade, Estado e organizações da sociedade civil, essas lideranças também expressam o que Alvarez (2014) identifica como uma atuação simultânea dentro, fora e nas fronteiras do Estado, característica de muitos ativismos feministas latino-americanos. Ainda que essas práticas nem sempre sejam formuladas como oposição explícita ao neoconservadorismo, elas produzem respostas concretas aos efeitos da retração das políticas públicas e do enfraquecimento das redes institucionais de proteção.

Os relatos analisados mostram que essas redes não surgem como estruturas previamente planejadas, mas se constituem no próprio exercício cotidiano da liderança. Ao construir coletivamente formas de cuidado, mediação institucional e sustentação da vida,

as mulheres ampliam a capacidade de resposta de seus territórios diante das múltiplas violências que os atravessam, produzindo práticas políticas cuja força reside justamente na dimensão coletiva de sua organização.

Entre as estratégias mobilizadas pelas lideranças, as cozinhas solidárias constituem uma das expressões mais concretas da defesa do direito humano à alimentação em contextos marcados pela retração das políticas sociais. Mais do que responder à insegurança alimentar, elas articulam práticas de cuidado, solidariedade e organização comunitária que sustentam a vida cotidiana nos territórios.

Essa perspectiva aparece de forma clara no relato de Roberta Costa, coordenadora do Instituto Águas do Amanhã e da cozinha ancestral solidária *Ylê Inã*, localizada em um terreiro de candomblé em Sepetiba. Ao refletir sobre a trajetória dessa iniciativa, ela destaca que o compromisso com a alimentação antecede a institucionalização das políticas públicas de segurança alimentar: “eu costumo dizer que o terreiro faz o papel de combate à fome desde meados do século XIX [...] Com incentivo financeiro ou sem incentivo, o terreiro vai continuar, vai permanecer alimentando o outro, seja espiritualmente, seja fisicamente” (Roberta Costa, depoimento à pesquisa).

Seu relato evidencia que a produção e o compartilhamento dos alimentos integram uma prática histórica de cuidado vinculada aos terreiros de candomblé, anterior à incorporação das cozinhas solidárias às políticas públicas. Ao mesmo tempo, mostra que a articulação com programas governamentais ampliou a capacidade de atuação dessas iniciativas. O Instituto Águas do Amanhã atua atualmente como entidade gestora de treze cozinhas solidárias distribuídas por cinco municípios do estado do Rio de Janeiro, integrando um programa federal e produzindo entre duas toneladas e meia e três toneladas de refeições a cada dois meses. Segundo Roberta, essa experiência faz parte de uma rede composta por oitenta e cinco cozinhas organizadas em terreiros, favelas e quilombos.

Ao definir o sentido dessa atuação, Roberta Costa afirma: “o que nós fazemos é o que o Estado deveria fazer: assegurar a alimentação dessas famílias, assegurar a alimentação dessa comunidade” (Roberta Costa, depoimento à pesquisa).

Sua fala desloca a cozinha solidária do campo da assistência eventual para o da garantia de direitos. Alimentar não aparece como um gesto de caridade, mas como uma resposta coletiva à insuficiência das políticas públicas de proteção social. Essa compreensão aproxima-se da noção de produção do comum proposta por Federici (2019), segundo a qual comunidades constroem coletivamente as condições materiais de reprodução da vida diante do avanço da mercantilização e do enfraquecimento da proteção estatal. No caso das cozinhas organizadas em terreiros, entretanto, essa produção do comum assume contornos próprios, ancorados em práticas religiosas, vínculos comunitários e formas de ancestralidade que ampliam o horizonte analítico originalmente desenvolvido pela autora.

A centralidade das mulheres nessa experiência também merece destaque. São, em sua maioria, mulheres negras, moradoras de favelas e periferias e muitas vezes vinculadas às religiões de matriz africana que organizam e sustentam essas iniciativas. Sob essa perspectiva, as cozinhas solidárias podem ser compreendidas como um desdobramento das redes de cuidado discutidas na seção anterior. Ao assegurar alimentação, fortalecer vínculos comunitários e preservar práticas ancestrais historicamente estigmatizadas, elas respondem simultaneamente à precarização das condições de vida, às desigualdades de gênero e raça e aos efeitos do neoconservadorismo sobre as políticas de segurança alimentar e sobre as religiões de matriz africana.

5. O audiolivro *Mulher de Favela*: memória, produção de conhecimento e narrativa contra-hegemônica

O audiolivro *Mulher de Favela*, que reúne as trinta narrativas de vida produzidas no âmbito desta pesquisa, constitui uma estratégia de valorização das vozes das próprias participantes. Ao privilegiar relatos em primeira pessoa, desloca o lugar tradicionalmente reservado às mulheres de favela como objetos de investigação e as reconhece como sujeitas da produção de conhecimento sobre suas próprias experiências e territórios. Essa opção dialoga com Collins (2019), para quem o conhecimento produzido por mulheres negras emerge da experiência vivida, mas a ultrapassa, tornando-se instrumento de interpretação crítica das estruturas sociais. Em perspectiva semelhante, hooks (2019) argumenta que narrar a própria história representa uma afirmação de humanidade diante de processos históricos que silenciaram ou distorceram as experiências das mulheres negras.

A trajetória de Anazir Oliveira, conhecida como Dona Zica, que inaugura a série de episódios do audiolivro, ilustra esse processo. Nascida em Minas Gerais, em 1933, migrou ainda jovem para o Rio de Janeiro, iniciou sua vida laboral como trabalhadora doméstica e, na década de 1970, participou da criação do movimento sindical das trabalhadoras domésticas ao lado de outras mulheres que enfrentavam tanto a invisibilidade da categoria quanto as barreiras impostas pela linguagem do sindicalismo tradicional.

Em seu relato, explica que a dificuldade de compreender expressões como “data-base” e “dissídio coletivo”, utilizadas nas reuniões sindicais das quais participava por indicação da Pastoral do Trabalhador, levou o grupo a organizar uma associação própria. Dessa iniciativa surgiu a Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, presidida por Dona Zica entre 1982 e 1986 (Dona Zica, depoimento à pesquisa). Sua narrativa evidencia que as trajetórias de protagonismo político das mulheres negras e periféricas antecedem em muitas décadas o período investigado por esta pesquisa, revelando continuidades históricas frequentemente pouco visibilizadas nas narrativas sobre os movimentos sociais brasileiros.

A opção por preservar essas narrativas em primeira pessoa também dialoga com a noção de saberes situados proposta por Haraway (1995), segundo a qual todo conhecimento é produzido a partir de um lugar específico de enunciação. Nessa perspectiva, o audiolivro não busca substituir a interpretação acadêmica, mas ampliar a circulação das vozes das próprias participantes, permitindo que suas experiências sejam apresentadas em seus próprios termos. Ao fazê-lo, contribui para tensionar representações estereotipadas que historicamente reduziram as mulheres negras de favela à condição de vítimas passivas ou de personagens genéricas da resistência.

Essa dimensão adquire especial relevância diante do contexto neoconservador discutido ao longo deste artigo. Em um cenário marcado pela contestação de pautas relacionadas aos direitos das mulheres, da população negra e da justiça social, a circulação pública dessas narrativas amplia a visibilidade de experiências e formas de organização produzidas nos territórios populares. Disponibilizado em plataforma de *streaming*, o audiolivro amplia o alcance dessas histórias para além dos espaços acadêmicos e comunitários, constituindo-se como um recurso de difusão de memórias, saberes e práticas políticas construídas pelas próprias lideranças.

O audiolivro, portanto, não se limita a um produto de divulgação científica decorrente da pesquisa. Ele integra o próprio processo de produção do conhecimento ao registrar, em primeira pessoa, as trajetórias pelas quais experiências de violência são resignificadas e transformadas em ação política, organização comunitária e práticas de sustentação da vida. Ao preservar e difundir essas narrativas, contribui para a construção de uma memória coletiva das lideranças de favela e periferia, historicamente invisibilizadas pelas narrativas oficiais. Nesse sentido, constitui também uma forma de enfrentamento simbólico às desigualdades de gênero, raça, classe e território, ampliando a circulação de saberes produzidos nesses contextos e reafirmando essas mulheres como protagonistas de suas próprias histórias e da produção de conhecimento sobre seus territórios.

Considerações finais

Este artigo partiu de uma constatação: o avanço do neoconservadorismo no Brasil contemporâneo não apenas coexiste com a violência de gênero, mas contribui para sua intensificação e naturalização ao fragilizar suportes institucionais e reforçar discursos de responsabilização individual sobre mulheres já situadas na base das hierarquias racial e social. Diante desse cenário, o estudo deslocou o foco da violência em si para as formas de enfrentamento construídas por lideranças femininas de favelas e periferias do Rio de Janeiro, compreendendo-as como respostas situadas a esse processo.

Os dados analisados sustentam algumas conclusões centrais. A constituição dessas mulheres como sujeitas políticas não decorre de uma adesão prévia a uma agenda feminista formal, mas da elaboração coletiva de experiências concretas de violência de gênero,

doméstica, institucional e simbólica, como evidenciam as narrativas de Vanessa Regina Santos e Solange Revorêdo. Essa politização situada produz uma compreensão ampliada da violência, capaz de reconhecer seu caráter gradual, cumulativo e estrutural, frequentemente invisibilizado antes de seus desfechos mais extremos.

O enfrentamento construído por essas lideranças assume, sobretudo, uma dimensão relacional, materializada em redes que atualizam, no presente, a lógica histórica do aquilombamento como prática de solidariedade, autonomia e sustentação da vida diante de contextos de desproteção. Essas redes não representam uma substituição da política institucional, mas formas de atuação que transitam nas fronteiras entre comunidade, Estado e sociedade civil, produzindo respostas coletivas em cenários de retração das políticas públicas.

As cozinhas solidárias, especialmente aquelas organizadas em terreiros de religiões de matriz africana, expressam de forma concreta essa disputa em torno da garantia de direitos. Alimentar o território não aparece como favor ou caridade, mas como uma prática coletiva de afirmação do direito à alimentação diante da insuficiência das respostas estatais. A experiência narrada por Roberta evidencia que essas iniciativas não se limitam ao atendimento emergencial da fome: constituem espaços de organização política, produção do comum e defesa da vida.

O audiolivro *Mulher de Favela*, por sua vez, demonstra que essa disputa também se realiza no campo simbólico. Ao possibilitar que essas mulheres narrem suas próprias trajetórias em primeira pessoa, a iniciativa confronta representações historicamente construídas que as reduziram à condição de vítimas passivas ou de símbolos abstratos de resistência, sem reconhecer suas experiências, saberes e estratégias políticas.

As práticas cotidianas construídas por mulheres de favelas e periferias constituem, portanto, formas de ação política diante das desigualdades intensificadas pelo neoconservadorismo, ainda que nem sempre sejam nomeadas dessa maneira por suas protagonistas. Para essas mulheres, política não se separa do cuidado, da alimentação, da construção de redes e da narrativa de si. Essas dimensões não constituem elementos secundários de sua atuação: são o próprio tecido de uma política cotidiana que sustenta a vida, produz direitos e reafirma a capacidade coletiva de transformação dos territórios.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica

Agradecimentos: não se aplica

Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ

Aprovação por Comitê de Ética: Parecer da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 122-2022, protocolo 138-2022, proposta SGCO 452415, aprovada em 27 de dezembro de 2022.

Conflito de interesses: não se aplica

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVAREZ, S. E. Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. In: BERNAL, V.; GRUNDMAN, S. (Org.). *Theorizing NGOs: States, Feminisms, and Neoliberalism*. Durham: Duke University Press, 2014. p. 285-300.

CAICEDO-ROA, M.; BANDEIRA, L. M.; CORDEIRO, R. C. Femicídio e feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 3, e83829, 2022.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). *Atlas da Violência 2024*. Brasília: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORCORAN-NANTES, Y. Female Consciousness or Feminist Consciousness? Women's Consciousness Raising in Community-Based Struggles in Brazil. In: RADCLIFFE, S. A.; WESTWOOD, S. (Org.). *Viva: Women and Popular Protest in Latin America*. Londres: Routledge, 1993. p. 136-155.

DI MARCO, G. Women's Movements in Argentina: Tensions and Articulations. In: MAIER, Elizabeth; LEBON, N. (Org.). *Women's Activism in Latin America and the Caribbean: Engendering Social Justice, Democratizing Citizenship*. New Jersey: Rutgers University Press, 2010. p. 159-174.

DI MARCO, G. Social Movement Demands in Argentina and the Constitution of a "Feminist People". In: ALVAREZ, S.; RUBIN, J. W.; THAYER, M.; BAIOCCHI, G. *et al.* (Org.). *Beyond Civil Society: Activism, Participation, and Protest in Latin America*. Durham/Londres: Duke University Press, 2017. p. 122-140.

FALUDI, S. *Backlash: The Undeclared War Against Women*. Nova Iorque: Crown Publishers, 1991.

FEDERICI, S. *Reencantar o mundo: feminismo e política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2019.

FIOCRUZ. *Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas Favelas*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

GONZÁLEZ, L. Mulher negra. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008 [1986]. p. 29-48.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKE, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

- LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.
- MACHADO, M. das D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.
- MORAIS, E. H. G. R.; OLIVEIRA, C. A. H. da S. Feminicídio no Brasil: um debate à luz da interseccionalidade. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 570-593, 2024.
- NASCIMENTO, B. Kilombo e memória comunitária: uma proposta de estudo. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 6-7, p. 178-182, 1980.
- NASCIMENTO, B. *O negro visto por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.
- NUNES, N. R. de A. *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.
- NUNES, N. R. de A. *Mulher de favela: narrativas de vivências e resistências*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2026.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.
- SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, n. 18, 2012.
- SEGATO, R. L. *A guerra contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, 2000.
- VALLADARES, L. *A invenção da favela: do mito de origem à favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.